

---

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

UMA 'JUSTA TROCA': UMA ABORDAGEM DE ECONOMIA ALTERNATIVA PARA O  
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

**Daniel S. Lacerda** (UFRGS) - d.lacerda@ufrgs.br

**Pedro Costa** (UFRGS) - 00036233@ufrgs.br

**Ana Mercedes Sarria Icaza** (UFRGS) - sarria.icaza@ufrgs.br

## ***Uma 'Justa Troca': uma abordagem de Economia Alternativa para o Desenvolvimento do Território***

### **Introdução**

O presente trabalho discute uma experiência de Economia Solidária realizada na cidade de Porto Alegre, Brasil. Discutiremos como esse esforço explora as fissuras que surgem durante crises cíclicas de reprodução social em um espaço capitalista, analisando a dinâmica da mercantilização no território. O experimento apresentado de Economia Solidária emergiu das lutas sociais em um território empobrecido da cidade, alavancando uma contradição inerente às experiências de resiliência social: de um lado, a busca pela sobrevivência assegura as condições de lutar por alternativas ao futuro; e, por outro lado, lutar por alternativas garante a sobrevivência no aqui e agora.

A favela examinada nesta pesquisa, Vila Nossa Senhora Aparecida, construiu importantes experiências associativas ao longo das últimas décadas, que representaram importantes meios de luta social através de vários métodos, como o envolvimento no Comitê de Orçamento Participativo, marchas e bloqueios de ruas. No entanto, experiências de organização comunitária como essas desapareceram com o tempo, enquanto a sensação de insegurança aumentou, e a estética tradicional da luta ressoou cada vez menos na comunidade. Nesse contexto, nosso grupo de pesquisa e extensão da universidade conheceu a comunidade e decidiu iniciar um novo projeto.

Com base em experiências anteriores com economia solidária e experiências inovadoras para o desenvolvimento dentro e fora de Nossa Senhora Aparecida, o grupo mediu a criação de um Banco de Desenvolvimento Comunitário (BCD) nesta comunidade, com o objetivo de estimular o 'circuito inferior' deste território e evitar - opção pela dinâmica do 'circuito superior' (Santos, 1979), que seria responsável pelo fluxo de recursos para o exterior. Os BCDs operam através do princípio de delimitação territorial e podem servir potencialmente às demandas materiais da comunidade, evitando a alienação produtiva dos moradores locais. A abordagem da Economia Solidária como eixo para o desenvolvimento da economia local oferece a possibilidade de gerar uma alternativa de organização que não desconsidere a esfera do consumo a partir das práticas organizadoras. Portanto, embora constitua processos para a organização da resiliência que estão fundamentados nas próprias relações de produção

capitalistas, experiências como a descrição poderiam potencialmente desafiar seus pressupostos clássicos, explorando as lacunas estruturais desse espaço.

Neste trabalho, pretendemos analisar essa experiência e argumentar que, embora os BCDs sejam instrumentos importantes para o desenvolvimento do território que opera através da decomodificação do dinheiro, eles também podem ser agentes de mercantilização de outros aspectos da vida. Essa contradição aparentemente não resolvida é o que torna possível aos BCDs ser tanto uma maneira de sobreviver ao aqui e agora quanto os meios para assegurar as condições de lutar por alternativas ao futuro. Embora os bancos comunitários não estejam livres de avaliações críticas sobre seu potencial de desenvolvimento (por exemplo, Rigo e França Filho, 2017), demonstraremos neste documento que tais desafios são um rico contexto empírico para discutir práticas de resiliência e os limites da mercantilização.

## Referencial teórico

No Brasil, as modalidades de organização na sociedade civil mudaram consideravelmente nas últimas décadas, e as formas tradicionais de lutas e sindicatos organizados, que vivenciaram seu período mais intenso durante a década de 1980, foram seguidas por uma intensa onda de neoliberalismo e um crise geral de representatividade. Como tais programas esvaziam o conteúdo político de suas ações, esses movimentos tendem a evitar confrontar as relações de dominação e a desigualdade naturalizada na sociedade brasileira (SOUZA, 2012), que são elementos que favorecem o empobrecimento de um território através da dependência com lugares centrais. Com efeito, acadêmicos latino-americanos como Celso Furtado - e seus colegas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL) - discutiram amplamente as condições de dependência estrutural (centro-periferia) inerentes ao paradigma do desenvolvimento econômico. Eles sugeriram que buscar o desenvolvimento por meio da reprodução do padrão de eficiência técnica promulgado nas nações centrais, na medida em que desconsidera as relações culturais, nunca levará ao alegado estado desenvolvido, porque reproduzirá também o próprio empobrecimento em que a dependência é estabelecida. (Furtado, 1974).

Os BCDs consistem na criação de uma moeda local e no reforço da produção local, ligando todas as dimensões da vida humana à econômica. Articulam o trabalho

desenvolvido para a organização da comunidade com o reforço da economia local. Os BCDs operam através do princípio da delimitação territorial, estabelecendo um diálogo entre todos os tipos de empresas existentes no território escolhido, sejam elas originárias do circuito superior ou inferior da economia. Nessa perspectiva, muitas vezes atividades que não eram valorizadas anteriormente passam a ser consideradas econômicas, como assar o pão em casa, cuidar do filho de um vizinho, eventuais "luar" dos aposentados ou a dona de casa que bordar e vender panos de prato. Tudo isso faz parte da economia local: diferentes formas de produzir e distribuir riqueza; diferentes atividades orientadas para a satisfação das necessidades humanas.

A economia solidária é um rótulo teórico e empírico que tem sido associado a várias experiências econômicas baseadas em novas e antigas formas de solidariedade, e que podem ser baseadas em diferentes perspectivas: i) alternativa ao problema do desemprego e exclusão social; modelo diferenciado de capitalismo, e iii) utopia de experimentar novas formas de sociabilidade e valores relacionados à chamada Nova Era, expressando uma possibilidade de interação entre o trabalho e o modo de ser cuidado (Moura e Meira, 2002). O movimento de economia solidária cresceu significativamente no Brasil nos anos 1990 e 2000, reunindo um conjunto de experiências que, embora produzindo para o mercado, se organizam de forma solidária e democrática.

Polanyi (1944, 1977) distingue o significado formal da economia, que sublinha o objetivo de maximizar os recursos através das lógicas da relação meio-fim e o significado substantivo, que considera a economia como o processo que fornece aos seres humanos os meios de satisfazendo seus desejos materiais. Ele então define os mercados de troca liberais como distorções criadas a partir da recessão da economia da reciprocidade. A evolução do capitalismo representou a inversão das instituições econômicas que costumavam ser reguladas pela sociedade para a criação de instituições que regulam a sociedade - o que poderíamos definir como "a cauda abanando o cachorro" -, mudando assim o objetivo central da economia, do satisfação de social quer ganho material. O movimento liberal da sociedade ocidental expandiria os mercados auto-reguladores, transformando tudo em mercadorias.

Mas se tudo se tornasse uma commodity, o que sustentaria os mercados? Fraser (2012) lembra o relato da crise prevista descrita por Polanyi, na medida em que afeta a existência social muito além do único aspecto econômico. A criação de um "mercado

auto-regulador", assim distante do social, dependeria da criação de três importantes "fatores de produção": trabalho, terra e dinheiro. Cada uma dessas commodities abstratas concebidas representa uma "mercantilização fictícia" que foi destrutiva para a subsistência dos seres humanos e criou contradições irreconciliáveis para a manutenção da mesma ordem. Fraser enfatiza que, embora sua natureza multifacetada seja subestimada por Polanyi, tal crise é composta por três dimensões - ecologia, economia política e reprodução social - que não podem ser separadas, porque compõem uma totalidade embutida que se reforça mutuamente.

## O caminho do Banco Comunitário

Realizamos um mapeamento quantitativo da produção, comércio e serviços foi realizado no final de 2015 em parceria com o Laboratório de Inovação e Pesquisa para o Financiamento da Solidariedade, conhecido como PalmasLab, uma iniciativa que surgiu como resultado da formação do Banco Palmas. Uma amostra censitária de 200 questionários foi selecionada de acordo com os dados demográficos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (IBGE). Isso levou à necessidade de compreender melhor o papel do banco e realizamos entrevistas em profundidade com os principais líderes envolvidos de alguma forma na implementação do BCD. As entrevistas objetivaram compreender a formação histórica da comunidade e as trajetórias individuais dos participantes entrevistados, que foram importantes agentes de mobilização política na comunidade.

Os dados da pesquisa de 2015 também indicam que a economia local de Nossa Senhora da Aparecida foi muito relevante, com quase metade dos domicílios ganhando mais que a média nacional de R\$ 2.265 (IBGE, 2015). Essa economia foi impulsionada por empregados assalariados (40%), aposentados (20%) e microempreendedores que viram em um novo empreendimento a oportunidade de gerar renda (11%), enquanto outros 28,8% dos entrevistados não estavam trabalhando no momento. Esse nível de consumo representava para o território um forte potencial econômico, mas contrastava com a precariedade dos serviços oferecidos à população local e a baixa participação de produção para o produto bruto. Um dos resultados desse arranjo foi a alta taxa de endividamento de domicílios (43%). Esse perfil reforçou a importância da criação de um Banco de Desenvolvimento Comunitário.

Em 2016, a associação que formalizou a natureza jurídica do BCD foi registrada, e a equipe de gestão recebeu treinamento para trabalhar com uma plataforma de software utilizada pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários. No mesmo ano, organizamos uma visita ao Banco Palmas - a primeira experiência do BCD no Brasil, no estado do Espírito Santo - e contratamos um representante da Justa Troca para aprender com a experiência deles. No Banco Palmas, eles contam com o apoio do governo do estado, o que foi relevante para garantir a capital que mantinha o banco. No final do mesmo ano, organizamos um workshop com a equipe de funcionários do banco com líderes convidados dos BCDs de São Paulo e Espírito Santo para discutir os desafios e apoiar a implementação em andamento.

As mulheres foram as que pressionaram pela continuidade desta organização. Um dos participantes tentou explicar isso da seguinte maneira: “Porque as mulheres querem coisas e não desistem. [...] [Alguns homens] vieram umas duas vezes, mas desistiram, porque eles, eu não sei, acham que não vai dar certo, eles não querem compromisso” (entrevista com Edilia). Um pequeno grupo de pessoas da comunidade tornou-se o núcleo organizado do banco comunitário, que atualmente opera com horas e recursos limitados, atendendo a um pequeno número de microcréditos para consumo e apoio a iniciativas produtivas e obtendo a aceitação da moeda em um conjunto de negócio local.

Em um contexto de baixo envolvimento com a proposta do BCD como instrumento de transformação, a principal motivação que sustentou o uso e apoio do banco foram os descontos e o crédito financeiro proporcionado pelo banco: “haverá descontos, as pessoas se interessam porque sabem que podem economizar dinheiro com o banco” (Entrevista com Neusa). A luta pela expansão está relacionada às dificuldades de participação dos atores locais e à inserção da comunidade são sensíveis e os esforços para promover feiras comunitárias não atingiram resultados esperados, nem em relação à participação dos produtores locais nem da afluência do público à comunidade.

No entanto, os bancos comunitários são constituídos em organizações que resistem à lógica da desmobilização e buscam reinventar iniciativas voltadas para a melhoria da vida de indivíduos e comunidades. Da mesma forma que empreendimentos de economia solidária, que aqui assumem um papel de liderança e são desafiados a agir no território onde trabalham e onde seus trabalhadores vivem.

## Discussão: a essência política de um banco comunitário

A implementação do banco seguiu um mergulho no ativismo social e no surgimento da atividade econômica em todo o país. Nesse contexto, os BCDs tinham a vantagem de avançar em um esforço econômico ao mesmo tempo em que reuniam a comunidade em uma causa comum.

O surgimento da comunidade Nossa Senhora da Aparecida é resultado direto de um modelo de desenvolvimento excludente na cidade. Nas sociedades capitalistas, a lógica da acumulação e das lutas sociais, intrínsecas ao desenvolvimento capitalista, são as principais forças para moldar e estruturar o espaço urbano das cidades. O "exército de reserva de trabalhadores" tende a ser geograficamente concentrado, atraído por um número limitado de territórios poderosos que emergem de acordo com sua capacidade de ajustar e implementar as normas de um lugar global (Santos, 2006). No caso do Brasil, a construção espacial das cidades tem particularidades interpretadas por Santos (1979) em termos de seus dois circuitos diferentes que dividem os espaços urbanos: o circuito inferior onde a força de trabalho intensiva é aplicada e reproduzida com pouco capital, e o circuito superior onde ocorre o moderno processo de produção e consumo. O território investigado é almejado por trabalhadores e atividades econômicas que compõem o circuito inferior na maneira como Santos descreveu: empregos volumosos, capital reduzido, crédito não-institucional, reutilização frequente de mercadorias, preços flexíveis, entre outros.

Esses trabalhadores eram os trabalhadores de uma economia de mercado liberal, na qual o objetivo de maximizar os recursos levava a distorções e sufocava a reciprocidade em satisfazer as necessidades de todos (Polanyi, 1944). Polanyi argumenta que esse "movimento" para a instrumentalização da economia embutida desafiaria os fundamentos da sociedade e, como consequência, enfrentaria um "contra-movimento" dos defensores dos laços comunitários que buscariam formas de assegurar a reprodução social da sociedade. Embora a existência de tal contra-movimento dificilmente possa ser identificada em grande escala na história do neoliberalismo, eles certamente estão presentes em muitas experiências locais e indígenas, como foi discutido anteriormente (Christian Schröder & Land, 2017; Farias, 2017). e também foi o caso na comunidade estudada.

Por um lado, a luta política descrita na seção anterior representou muitas conquistas para a proteção social dos moradores do território, tais como a prestação de serviços públicos e o aumento do nível de educação, em parte graças à construção de uma estrutura local. escola. Quando o participante da cooperativa de esgotos e a escola local decidiram se unir para construir um empreendimento coletivo, eles enquadraram sua iniciativa nos termos dos princípios da economia solidária, sujeitos às suas necessidades e independência. da lógica da acumulação de capital: “Decidimos iniciar uma cooperativa porque tínhamos motivação e cooperação da comunidade”.

Deve-se notar que o mercado formal, onde essas atividades estão incluídas, é encerrado no território e regulado pelo BCD. Não equaciona o mesmo mercado liberal com as lógicas orientadas para a acumulação de capital. Como dito por um dos participantes, não foi apenas um banco, mas um “banco de desenvolvimento, um banco comunitário, para as pessoas se conectarem não apenas ao dinheiro”. Nesse sentido, o banco poderia favorecer a mercantilização do trabalho, mas impede, por exemplo, a mercantilização do dinheiro e da terra, que Polanyi (1944) identifica como mercadorias concebidas abstratas. Esse é o caso, pois o banco não cobra juros pelo crédito que fornece, subjugando dinheiro para o objetivo de trocar bens e serviços, e considerando a terra como o princípio de enquadramento da organização, em vez de negociá-la, já que a moeda local é válida apenas em o território.

## Conclusão

Os BCDs existem em relações paradoxais dentro do território, e seu impacto para o desenvolvimento local e seu engajamento político foi avaliado aqui através da análise de sua dinâmica de mercantilização. A operação de BCDs pode potencialmente favorecer a mercantilização adicional de atividades que antes haviam sido preservadas das esferas de troca, mas, por outro lado, também impede a mercantilização da terra e do dinheiro, e limita a inserção do trabalho mercantil no liberalismo. mercados.

Isso é possível graças às características particulares do espaço urbano e suas formas econômicas. Os BCDs são delimitados territorialmente e impedem que a riqueza escape através de ligações centrífugas para o exterior. Em vez de um artigo abstrato, a terra se torna o eixo subjacente da organização social. Sua moeda regulada também limita uma possível mercantilização, uma vez que os juros são deliberadamente

acenados. Essas características fazem do Banco de Desenvolvimento Comunitário da Vila Nossa Senhora da Assunção um importante instrumento de geração de renda e de apoio à satisfação de necessidades materiais e uma importante organização política que empodera mulheres e sustenta uma importante mobilização política em um território em que faltava nos últimos anos.

## Referências

Farias, C. (2017). Money is the root of all evil? – Or is it? Recreating culture through every day neutralizing practices. In: *Organization Studies*. v.38, issue:6, p.775-793.

FRANÇA FILHO, G. (2007).. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, Iparana / CE. 11 p. (mimeo)

Fraser, N. (2012). A triple movement? *New Left Review*, (june 2013), 119–132.

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários. In: Revista Bahia Análise e Dados. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002. v. 12, n. 1, p. 77-84. Jun 2002.

Polanyi, K. (1944). *The great transformation*. New York: Rinehart and Co.

Rigo, A.S.;França Filho, G.C. (2017). *O paradoxo das Palmas: análise do (des) uso da moeda social no “bairro da economia solidária”*. In: Cadernos Ebape (v.15, nº.1). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Santos, M. (1979). *O espaço dividido*. São Paulo: Francisco Alves.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço* (4th ed.). São Paulo: Edusp.

Souza, J. (2012). Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Humanitas. Ed UFMG.